



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

COMO A PRESENÇA DA POLÍCIA MILITAR IMPACTA NA CONFIABILIDADE E SENSAÇÃO DE SEGURANÇA NAS ESCOLAS DO PROGRAMA “ESCOLA SEGURA”

HOW DOES THE PRESENCE OF THE MILITARY POLICE IMPACT THE TRUSTWORTHINESS AND SENSE OF SECURITY IN SCHOOLS UNDER THE “SAFE SCHOOL” PROGRAM

CÓMO IMPACTA LA PRESENCIA DE LA POLICÍA MILITAR EN LA CONFIABILIDAD Y SENSACIÓN DE SEGURIDAD EN LAS ESCUELAS DEL PROGRAMA “ESCUELA SEGURA”

Julia Cristina Schonarth¹

e535077

<https://doi.org/10.47820/recima21.v5i3.5077>

PUBLICADO: 03/2024

RESUMO

O policiamento comunitário tem como objetivo estreitar os laços entre policial e população, criando uma confiabilidade na polícia militar, para que ela possa exercer uma de suas atividades fim que é o policiamento ostensivo de presença. A prevenção de atentados violentos em escolas é um tema crucial diante da crescente violência no ambiente escolar e, com o surgimento de novos casos de atos violentos em escolas em todo território brasileiro, fica o questionamento de como abordar e diminuir estes eventos catastróficos da realidade brasileira. Com o intuito de averiguar a opinião da população acerca da segurança nas escolas, foi realizada uma pesquisa com pais de alunos de uma escola da rede pública de ensino na cidade de Curitiba-PR que faz parte do projeto “Escola Segura” e nela foi observado que os pais, em sua maioria, veem na escola um ambiente seguro para seus filhos e acreditam que o trabalho presencial da Polícia Militar nas escolas é um gerador de segurança do ambiente eficaz.

PALAVRAS-CHAVE: Prevenção. Segurança. Escolas públicas. Polícia Militar. Polícia Comunitária.

ABSTRACT

Community policing aims to strengthen the bond between law enforcement officers and the public, creating trust in the police force, enabling them to carry out one of their core activities: visible policing. The prevention of violent incidents in schools is a critical issue given the rising violence in educational settings. With the emergence of new cases of violence in schools across Brazil, there is a question of how to address and reduce these catastrophic events in Brazilian reality. To gauge public opinion on school safety, a survey was conducted with parents of students in a public school in Curitiba, Paraná, which is part of the "Safe School" project. The survey revealed that most parents consider schools to be safe environments for their children. They believe that the physical presence of the military police in schools generates effective security in the environment.

KEYWORDS: Prevention. Security. Public schools. Military Police. Community Police.

RESUMEN

La policía comunitaria tiene como objetivo estrechar los vínculos entre los agentes de policía y la población, creando confianza en la policía militar para que pueda llevar a cabo una de sus actividades principales: la vigilancia policial ostensible. La prevención de ataques violentos en las escuelas es un tema crucial dada la creciente violencia en el entorno educativo. Con la aparición de nuevos casos de actos violentos en escuelas en todo el territorio brasileño, surge la pregunta de cómo abordar y reducir estos eventos catastróficos en la realidad brasileña. Con el fin de conocer la opinión de la población sobre la seguridad en las escuelas, se llevó a cabo una encuesta con padres de alumnos de una escuela de la red pública de enseñanza en la ciudad de Curitiba, Paraná, que forma parte del proyecto "Escuela Segura". En ella se observó que la mayoría de los padres consideran la escuela

¹ Polícia Militar do Paraná - PMPR.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COMO A PRESENÇA DA POLÍCIA MILITAR IMPACTA NA CONFIABILIDADE E SENSAÇÃO DE SEGURANÇA
NAS ESCOLAS DO PROGRAMA "ESCOLA SEGURA"
Julia Cristina Schonarth

como un entorno seguro para sus hijos y creen que la presencia física de la Policía Militar en las escuelas genera una seguridad efectiva en el ambiente.

PALABRAS CLAVE: *Prevención. Seguridad. Escuelas públicas. Policía Militar. Policía Comunitaria.*

INTRODUÇÃO

A segurança nas escolas é uma questão de extrema importância, não apenas para garantir um ambiente propício ao aprendizado, mas também para promover o bem-estar e a tranquilidade de alunos, professores e demais membros da comunidade escolar. Diante desse contexto, programas como o "Escola Segura", que envolvem a presença da Polícia Militar nas instituições de ensino, têm sido implementados em várias regiões do país como uma medida para prevenir incidentes e promover um ambiente escolar seguro.

O papel da Polícia Militar nas escolas vai além da simples vigilância e repressão de atos de violência. A presença ostensiva dos policiais militares busca, também, promover a sensação de segurança entre os alunos e colaboradores da escola, assim como estabelecer uma relação de confiança e parceria com a comunidade educativa. No entanto, a eficácia e os impactos dessa presença policial no ambiente escolar têm sido objeto de discussão e pesquisa em diversos contextos.

Este artigo propõe uma análise aprofundada sobre como a presença da Polícia Militar nas escolas, no âmbito do programa "Escola Segura", influencia a confiabilidade e a sensação de segurança dos alunos e demais envolvidos na comunidade escolar. Para atingir este objetivo, foram examinados os diferentes aspectos dessa presença policial, por meio de um questionário de perguntas direcionados aos pais e responsáveis de uma escola da cidade de Curitiba-PR.

Ademais, por meio de pesquisa bibliográfica especializada e análise de dados, este estudo pretende contribuir para uma compreensão mais ampla dos desafios e oportunidades relacionados à presença da Polícia Militar nas escolas, fornecendo *insights* relevantes sobre o assunto e sugerindo meios que promovam um ambiente escolar seguro, acolhedor e propício ao desenvolvimento integral dos estudantes.

OBJETIVO GERAL

Realizar uma pesquisa com pais e responsáveis por alunos de escola pública do Estado do Paraná que tenham aderido ao projeto "Escola Segura", onde há a presença da Polícia Militar em seu meio, para identificar se a incorporação destes militares na escola aumenta a sensação de segurança para estes alunos, pais, responsáveis e demais membros da comunidade escolar.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Identificar se os pais dos alunos acreditam na Polícia Militar para desenvolver atividades em conjunto com as escolas de seus filhos, de modo a mediar pequenos conflitos através de



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COMO A PRESENÇA DA POLÍCIA MILITAR IMPACTA NA CONFIABILIDADE E SENSAÇÃO DE SEGURANÇA
NAS ESCOLAS DO PROGRAMA "ESCOLA SEGURA"
Julia Cristina Schonarth

aconselhamento e conversas, evitando que pequenos problemas se tornem algo que possa ser motivador de algum ato mais extremo.

JUSTIFICATIVA

Devido ao aumento de casos de violência e ataques às escolas em nível mundial, foi realizada esta pesquisa com os pais dos alunos de uma escola pública da cidade de Curitiba-PR para identificar se o policiamento presença nas escolas está gerando resultados positivos quando se trata da segurança às crianças, aos seus pais e responsáveis.

PROBLEMA

Quando se trata da Polícia Militar, uma parte da população vê a instituição e os policiais de uma maneira negativa e, com isso vem em mente a imagem do policial fardado, armado, com suas feições fechadas e a expressão de "mau". O policiamento comunitário tem por objeto também desmistificar essa visão que a população tem da PM. Dada esta informação, foi cogitada a pesquisa com os pais e responsáveis dos alunos, para determinar se a presença da PM cumpre com os objetivos do Programa "Escola Segura".

1. POLÍCIA COMUNITÁRIA COMO AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO DE SEGURANÇA NAS ESCOLAS

Encontramos na Diretriz Geral de Planejamento e Emprego da Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) a seguinte afirmação:

"no contexto sistêmico da defesa social, a Polícia Militar assume papel de relevância na preservação da ordem pública, prevenindo ou inibindo atos antissociais, atuando repressivamente na restauração da ordem pública, adotando medidas de proteção e socorro comunitários ou atuando em apoio aos órgãos da administração pública no exercício do poder de polícia que lhe couber." (DIRETRIZ N.º 004/2000 - PM/3).

Assim está estabelecida a missão da PMPR no que concerne aos seus deveres para com a população.

Conforme a (DIRETRIZ N.º 002/2004 - PM/3), a Polícia Comunitária:

"é entendida como a conjugação de todas as forças vivas da comunidade (a própria comunidade, a comunidade de negócios, as autoridades cívicas eleitas, as polícias todas, as outras instituições e autoridades e a mídia), sob a coordenação de policiais especialmente designados, no sentido de preservar a segurança pública, prevenindo e inibindo os delitos ou adotando as providências para a repressão imediata. Deve ser entendida também como uma filosofia de atuação da Polícia Militar, marcada pela intensa participação da comunidade na resolução dos problemas afetos à Segurança Pública."

Entretanto, a Polícia Comunitária não pode ser resumida somente pelas mudanças das rotinas operacionais na corporação da Polícia Militar, e também não pode ser vista como uma forma de propaganda com o intuito de aumentar a aceitação da população para com a Polícia Militar.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COMO A PRESENÇA DA POLÍCIA MILITAR IMPACTA NA CONFIABILIDADE E SENSAÇÃO DE SEGURANÇA
NAS ESCOLAS DO PROGRAMA "ESCOLA SEGURA"
Julia Cristina Schonarth

A Polícia Comunitária baseia-se na ideia de que a segurança pública é responsabilidade de todos, não apenas da polícia. Ela busca fortalecer a relação de confiança e colaboração entre a polícia e a comunidade, envolvendo os cidadãos na prevenção e no combate ao crime. Através dessa abordagem, os membros da comunidade têm a oportunidade de participar ativamente da segurança de sua região, trabalhando em conjunto com as forças policiais (Henriques, 2010; Lopes; Rossato, 2023).

Dentre todo o exposto, é de suma importância podermos correlacionar o policiamento comunitário com o policiamento presença desenvolvido atualmente nas escolas públicas do Estado do Paraná, haja visto que a Polícia Militar está diretamente inserida em locais onde, atualmente, estão ocorrendo os ataques contra a segurança de alunos e demais integrantes das escolas e, com este policiamento tão inserido no meio escolar é onde surge a oportunidade do militar estadual exercer a Polícia Comunitária, pois é neste momento que os laços entre Polícia Militar e cidadão podem ser estreitados, criando um aumento na credibilidade no trabalho da Polícia Militar.

Este policiamento presença que é realizado nas escolas consiste em, geralmente, uma dupla de policiais estarem dispostos na entrada ou nos arredores das escolas, de modo a exercer sua atividade fim, que é o policiamento ostensivo, prevenindo e inibindo as ações que possam gerar dano ao patrimônio ou a integridade física de seus integrantes. Podemos perceber que estas operações tendem a estreitar os laços entre Polícia Militar e população, já que diariamente o policial estará dentro da escola ou na entrada dela, criando vínculo com alunos, pais e professores que lá frequentam.

2. VIOLÊNCIA ESCOLAR E SUA PREVENÇÃO

A prevenção de atentados violentos em escolas é um tema crucial diante da crescente violência no ambiente escolar. A violência nas escolas está relacionada com as condições sociais e as práticas institucionais que promovem desequilíbrios e reações violentas. É fundamental compreender que a violência em ambiente escolar surge das relações de poder estabelecidas entre os atores e é produzida tanto pela sociedade quanto pela própria instituição escolar (Gonçalves; Spósito, 2002; Charlot, 2002).

Nos últimos anos, observa-se uma mudança nos contornos da violência escolar, com atos mais graves e intensos, como homicídios, estupro e agressões com armas, que antes eram raros no ambiente escolar. Além disso, os professores têm enfrentado cada vez mais agressões e insultos, enquanto a invasão de pessoas externas à escola também se tornou mais recorrente. É importante destacar que a idade dos envolvidos nesses atos violentos tem diminuído, com crianças cada vez mais jovens se envolvendo em situações de violência (Charlot, 2002; Farrington, 2002).

Para prevenir atentados violentos em escolas, é necessário diferenciar os comportamentos violentos daqueles que fazem parte do processo de aprendizado sobre conflitos e sua resolução por meio do diálogo e da negociação. Estudos sobre o comportamento infantil e adolescente podem



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COMO A PRESENÇA DA POLÍCIA MILITAR IMPACTA NA CONFIABILIDADE E SENSAÇÃO DE SEGURANÇA NAS ESCOLAS DO PROGRAMA "ESCOLA SEGURA"
Julia Cristina Schonarth

auxiliar na identificação de comportamentos tendentes à violência em diferentes idades, possibilitando um acompanhamento mais próximo das crianças que manifestam comportamentos violentos não esperados para sua faixa etária (Farrington, 2002).

A definição de violência no ambiente escolar pode variar de acordo com diferentes perspectivas e representações. É importante considerar o ponto de vista das vítimas na definição de violência, levando em conta tanto os incidentes que causam estresse e escapam à punição quanto as agressões brutais e caóticas. No contexto escolar, os professores tendem a focar mais nas incivildades, que são quebras de regras de convivência, do que em comportamentos violentos mais graves, o que influencia o tratamento dado a esses fenômenos (Charlot, 2002; Debarbieux, 2002).

A escola desempenha um papel crucial na reprodução das desigualdades sociais, sendo incapaz de oferecer igualdade de condições e acolhimento a todos os alunos (Dubet, 2004). A exclusão social, seja pela não realização de sua função social democrática ou pelo medo e desejo de padronização de comportamentos, leva à violência institucionalizada. Essa violência invisível produzida pela própria escola se manifesta nas ações de exclusão e desigualdade presentes no ambiente escolar (Marin, 2002).

Para prevenir atentados violentos, é necessário criar um ambiente escolar acolhedor, promovendo ações educativas que abordem o diálogo, a resolução de conflitos de forma pacífica e o respeito às diferenças. Além disso, é essencial investir na formação dos professores para que sejam capazes de lidar adequadamente com situações de conflito, reconhecendo suas próprias dificuldades e buscando o equilíbrio necessário na relação com os alunos. É imprescindível também combater a exclusão social e as desigualdades presentes nas instituições escolares, buscando uma educação inclusiva que promova a dignidade e os direitos de todos os estudantes.

3. CMEIV - CORPO DE MILITARES ESTADUAIS INATIVOS VOLUNTÁRIOS

O Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários - CMEIV - consiste na seleção de militares estaduais veteranos do estado, que ocorre por meio de processo seletivo conduzido ou acompanhado pela Polícia Militar do Paraná, para exercerem atividades junto ao Poder Público, em conformidade com a Lei 19.130/2017 e Decreto Estadual nº 841/2019.

Atualmente, o CMEIV encontra-se estruturado em programas sobre os quais os candidatos são submetidos a concursos distintos, que estabelecem quantitativo de vagas, locais de atuação e demais circunstâncias específicas de cada programa, nos termos da Portaria do Comando Geral nº 232/2019 (Secretaria de Segurança Pública, 2023).

Os participantes do projeto CMEIV somente poderão exercer atividades de cunho administrativos internos na área de segurança pública, juntamente com a guarda dos locais públicos, tendo como objetivo a preservação da integridade das pessoas e dos edifícios, garantindo as atividades do ente público (PARANÁ, 2019).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COMO A PRESENÇA DA POLÍCIA MILITAR IMPACTA NA CONFIABILIDADE E SENSAÇÃO DE SEGURANÇA
NAS ESCOLAS DO PROGRAMA "ESCOLA SEGURA"
Julia Cristina Schonarth

4. PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA (PROERD)

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência- (PROERD) é um programa educacional desenvolvido em escolas paranaenses, com a parceria entre a escola, a Polícia Militar e as famílias. Nele, professores, alunos, policiais e pais interagem pedagogicamente no processo de ensino-aprendizagem, buscando a formação de uma rede protetiva que fortaleça grupos sociais saudáveis, visando a construção de um futuro digno.

O programa requer a colaboração da Secretaria de Estado da Segurança Pública, Secretaria de Estado da Educação, Secretarias Municipais de Educação, Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, bem como outras instituições públicas e privadas que tenham como objetivo o bem-estar social. Essas parcerias estratégicas visam prevenir a criminalidade, reduzir os índices de violência e criminalidade, em especial o uso abusivo de drogas, que se tornou um flagelo do terceiro milênio.

O PROERD foi adotado por todas as Polícias Militares do Brasil, adaptando-se de forma precisa ao propósito de prevenção, visando combater o uso abusivo de drogas e a violência entre crianças, adolescentes e adultos.

No Paraná, o PROERD teve origem em 1998, quando dois oficiais superiores da Polícia Militar do Paraná participaram do Curso de Instrutores PROERD no estado de São Paulo. Ao retornarem, elaboraram um projeto para implantar o PROERD no Paraná e entregaram o documento ao Comandante-Geral da Corporação. No ano seguinte, um dos oficiais propôs, como tema de monografia no Curso Superior de Polícia, a criação de um programa educacional de resistência às drogas e à violência chamado "PROERD" para a Polícia Militar do Paraná e as escolas de ensino fundamental da capital do estado, com base no programa "*Drug Abuse Resistance Education*" (D.A.R.E./AMÉRICA). O projeto de pesquisa monográfica foi realizado em conjunto com professores da Universidade Federal do Paraná e da Polícia Militar do Paraná. Após a aprovação da monografia, que identificou a existência de um programa similar realizado no Paraná em 1994, os esforços para a implantação do PROERD se intensificaram.

Um instrutor do PROERD foi designado para o 9º Batalhão de Polícia Militar, sediado no município de Paranaguá, durante a Operação Verão/1999. Nesse período, o conteúdo da monografia foi apresentado ao Diretor da Colônia de Férias do SESC/CAIOBÁ, em Matinhos - Paraná, que entrou em contato com a direção do SESC da capital e o prefeito municipal de Matinhos. Eles decidiram financiar as despesas necessárias para a formação de mais um instrutor do PROERD, que seria um policial militar feminino da Guarnição Policial Militar de Matinhos. Essa instrutora seguiu para o estado de São Paulo, concluiu o Curso de Instrutor PROERD e aplicou a proposta didática e pedagógica do programa nas escolas de ensino fundamental do município litorâneo. Assim, o programa foi aplicado como um "projeto piloto" em sete escolas desse município, formando aproximadamente 600 crianças. Em um evento solene e festivo, essas crianças foram diplomadas no Ginásio de Esportes do SESC/CAIOBÁ, com o reconhecimento da comunidade local. Após o sucesso do projeto piloto, o PROERD foi oficialmente implantado em julho de 2000, com a realização do primeiro curso de



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COMO A PRESENÇA DA POLÍCIA MILITAR IMPACTA NA CONFIABILIDADE E SENSAÇÃO DE SEGURANÇA
NAS ESCOLAS DO PROGRAMA "ESCOLA SEGURA"
Julia Cristina Schonarth

formação de instrutores na Academia Policial Militar do Guatupê, em São José dos Pinhais - Paraná, ministrado por instrutores da Polícia Militar de São Paulo. Em setembro de 2000, os 31 instrutores formados aplicaram o programa em 94 escolas, alcançando um total de 7.108 alunos em 11 municípios do estado do Paraná, com idade entre 9 e 12 anos, geralmente na quarta série do ensino fundamental.

Para que as aulas do PROERD sejam aplicadas nas escolas, é necessário que elas adquiram um convênio. No caso das escolas municipais, o convênio deve ser realizado entre a Prefeitura, através da Secretaria de Educação e o Governo Estadual, pela Secretaria Estadual de Segurança Pública.

Já se a escola for estadual, o convênio se dá pela Secretaria Estadual de Educação e Secretaria Estadual de Segurança Pública. No caso das escolas particulares, o convênio deve ser diretamente entre a escola e o Governo Estadual, pela Secretaria de Segurança Pública (PROERD, 2023; PARANÁ, 2013).

5. PROGRAMA ESCOLA SEGURA

O programa escola segura consiste em uma parceria entre o Governo do Estado do Paraná com as Secretarias de Estado e da Educação e do Esporte e da Segurança Pública, juntamente com a Polícia Militar, tendo por objetivo integrar a PM e as escolas, trazendo mais segurança aos seus usuários, usando do policial militar como mediador de conflitos.

O trabalho realizado pelo Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC) complementa as atividades preventivas já em andamento. Esta unidade é encarregada de treinar policiais militares voluntários e coordenar o programa nos colégios estaduais. A decisão de participar do programa é tomada em conjunto pela direção de cada escola e pela comunidade escolar.

Além disso, o programa Escola Segura envolve um diálogo contínuo com a Defesa Civil, focado no treinamento e prevenção de situações de crise e calamidade. O programa também inclui iniciativas para fortalecer a segurança na região imediata das escolas, bem como para integrar as forças policiais com as equipes pedagógicas e as famílias dos alunos (Secretaria da Educação, 2023).

6. PROGRAMA ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO NA SEGURANÇA (PROEIS)

O dia 2 de maio de 2012 foi marcado por um importante acontecimento: a assinatura de um termo de cooperação técnica entre a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), a Secretaria de Segurança Pública (SESEG) e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Esse acordo tinha como propósito a implementação do Programa Estadual de Integração na Segurança (PROEIS) nas escolas estaduais do Rio de Janeiro, visando garantir, restaurar e fortalecer a segurança nos ambientes escolares por meio da presença de policiais militares.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COMO A PRESENÇA DA POLÍCIA MILITAR IMPACTA NA CONFIABILIDADE E SENSAÇÃO DE SEGURANÇA
NAS ESCOLAS DO PROGRAMA "ESCOLA SEGURA"
Julia Cristina Schonarth

É importante ressaltar que o PROEIS já estava em vigor desde um ano antes e que o convênio com a SEEDUC não foi sua primeira ação. Instituído pelo Decreto Governamental 42.875 de 15 de março de 2011, esse programa foi concebido com o objetivo principal de conservar, reforçar e coordenar ações de ordem pública nos espaços urbanos, como uma estratégia para diminuir os índices de criminalidade. Essa iniciativa reflete a preocupação do governo em promover um ambiente escolar seguro e propício para o desenvolvimento educacional e social dos alunos.

Em 2014, após dois anos desde sua implementação, um estudo conduzido pela Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) revelou resultados promissores sobre o impacto das medidas de segurança adotadas em escolas. Dos 283 estabelecimentos de ensino que foram policiados, constatou-se que 57% deles registraram melhorias significativas tanto no desempenho dos alunos quanto na frequência escolar.

Analisando os dados do SAERJINHO, que é o Programa de Avaliação Diagnóstica do Processo Ensino-Aprendizagem, realizado nas unidades escolares da rede estadual de educação básica, que é uma das ações que integram o Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ), verificou-se que, em português, mais da metade das escolas avaliadas, correspondentes a 57%, demonstraram melhorias, enquanto 38% mantiveram-se estáveis e apenas 5% apresentaram queda nos índices. Em relação à disciplina de Matemática, a maioria das escolas, cerca de 93%, manteve seus resultados, 3% registraram melhorias e apenas 4% tiveram algum declínio.

Além disso, houve um aumento na participação dos estudantes, passando de 70% para 75%. O chefe de gabinete da SEEDUC enfatizou que essa política de segurança nas escolas foi considerada um sucesso, pois conseguiu conter a violência, elevar os índices educacionais e restaurar a atmosfera de paz no ambiente escolar (Cunha; Bicalho, 2015).

7. PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

O surgimento das Parcerias Público-Privadas (PPPs) tem suas raízes na Inglaterra, mais precisamente no ano de 1992, durante o mandato do primeiro-ministro John Major. Naquela época, o governo introduziu o programa governamental conhecido como *Private Finance Initiative* (PFI), delineando os princípios fundamentais que norteariam essas parcerias.

As metas essenciais da PFI eram diversas: primeiro, visava implementar técnicas de gestão privada em projetos públicos, delegando ao setor privado o controle do empreendimento a ser executado. Em segundo lugar, buscava transferir os riscos econômicos do projeto para a iniciativa privada, que assumiria não apenas a responsabilidade, mas também os encargos associados à sua participação. Além disso, o programa tinha como objetivo central alcançar uma maior eficiência na alocação dos recursos econômicos e financeiros necessários para o desenvolvimento do projeto público.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COMO A PRESENÇA DA POLÍCIA MILITAR IMPACTA NA CONFIABILIDADE E SENSAÇÃO DE SEGURANÇA
NAS ESCOLAS DO PROGRAMA "ESCOLA SEGURA"
Julia Cristina Schonarth

Esse conceito, denominado "*value for money*" na terminologia inglesa, resumia a essência da abordagem britânica, que almejava garantir o máximo retorno sobre o investimento público, promovendo a eficiência na gestão e execução dos empreendimentos. Dessa forma, as PPPs originadas na Inglaterra através do PFI estabeleceram as bases para uma nova forma de colaboração entre os setores público e privado, fundamentada na eficácia, na distribuição de riscos e na otimização dos recursos disponíveis, tornando-se um modelo referencial para países ao redor do mundo (Nakamura, 2019).

Diante dos desafios econômicos e da necessidade de promover eficiência na prestação de serviços públicos, o governo brasileiro optou por uma estratégia inovadora para o país: a participação ativa do setor privado. Em 1995, esse movimento ganhou forma com a implementação da Lei Federal nº 8.987, conhecida como a Lei das Concessões. Essa legislação estabeleceu um novo paradigma ao permitir que agentes privados prestassem serviços públicos por um período determinado, mediante um rigoroso processo licitatório. O que torna essa abordagem singular é a distribuição dos riscos do projeto entre o governo e o setor privado (Fernandes *et al.*, 2021).

Em suma, as concessões patrocinadas e administrativas, conforme estipuladas na legislação brasileira, representam estratégias jurídicas e financeiras fundamentais para a implementação de projetos públicos, possibilitando uma cooperação equilibrada entre os setores público e privado e assegurando a oferta contínua e eficaz de serviços públicos aos cidadãos.

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) representam um marco distintivo em relação ao modelo tradicional de concessão de serviços públicos, conforme estabelecido na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. A principal característica que diferencia as PPPs é o envolvimento direto do poder público como pagador da remuneração total ou parcial do concessionário. Esse mecanismo foi concebido como uma ferramenta inovadora para viabilizar a concessão de serviços e obras que, de outra forma, dependeriam exclusivamente das tarifas pagas pelos usuários para sua remuneração (Nakamura, 2019).

Diferentemente das concessões tradicionais, em que a receita provém unicamente das tarifas cobradas dos usuários, as PPPs permitem que o estado participe ativamente no financiamento dos empreendimentos, assumindo o papel de um pagador direto. Essa participação direta do poder público na remuneração do concessionário amplia significativamente as possibilidades de realização de projetos que poderiam ser inviáveis sob o modelo convencional. Em outras palavras, as PPPs se destacam por oferecer uma alternativa inovadora e flexível, possibilitando a execução de obras e a prestação de serviços públicos essenciais, mesmo quando a receita gerada pelas tarifas dos usuários não seria suficiente para cobrir os custos totais do projeto.

Essa abordagem, ao permitir que o poder público assuma um papel ativo na sustentação financeira das PPPs, não apenas incentiva a participação do setor privado em projetos de infraestrutura, mas também assegura que serviços cruciais continuem sendo oferecidos à população de forma eficiente e sustentável. Assim, as PPPs representam não apenas uma evolução no modelo



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COMO A PRESENÇA DA POLÍCIA MILITAR IMPACTA NA CONFIABILIDADE E SENSAÇÃO DE SEGURANÇA
NAS ESCOLAS DO PROGRAMA "ESCOLA SEGURA"
Julia Cristina Schonarth

de concessão de serviços públicos, mas também uma resposta inovadora às demandas crescentes da sociedade por infraestrutura de qualidade e serviços públicos eficazes, proporcionando uma solução adaptada às complexas necessidades do cenário contemporâneo (Nakamura, 2019).

Sob essa lei, o setor privado tornou-se um protagonista crucial na oferta de serviços públicos no Brasil. Através de processos licitatórios transparentes e criteriosos, o governo escolhe parceiros privados para operar serviços públicos por um período pré-definido. Esse modelo não apenas impulsiona a competição no mercado, mas também permite alocar os riscos do projeto de forma compartilhada. Tanto o governo quanto o setor privado assumem responsabilidades, o que cria um ambiente propício para a inovação, eficiência operacional e melhoria contínua na prestação de serviços públicos essenciais.

De forma sequencial, em 30 de dezembro de 2004, foi promulgada a Lei Federal nº 11.079, estabelecendo normas gerais para licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas (PPPs) no contexto da administração pública brasileira. Essa legislação marcou uma expansão significativa do modelo de concessão, introduzindo uma abordagem inovadora para viabilizar empreendimentos públicos que, devido à sua complexidade ou dimensão, não seriam financeiramente sustentáveis apenas com a arrecadação das tarifas dos usuários.

Nesse novo paradigma, o poder público assume um papel crucial ao comprometer-se, em parte ou integralmente, com o pagamento ao parceiro privado. Esse montante não apenas remunera os investimentos realizados na concepção e implementação do projeto, mas também abrange os custos associados à sua operação contínua. Essencialmente, a Lei nº 11.079 representa um avanço ao permitir que o Estado brasileiro participe ativamente na sustentação financeira de projetos que, de outra forma, seriam inviáveis economicamente somente com base nas receitas provenientes dos usuários (Fernandes *et al.*, 2021).

Ao adotar essa estratégia, o governo brasileiro não apenas promove a participação ativa do setor privado na esfera pública, mas também promove um sistema em que a expertise e a eficiência do setor privado podem ser aproveitadas em benefício da sociedade. Além disso, essa abordagem compartilhada para a gestão de serviços públicos cria incentivos para que tanto o setor público quanto o privado trabalhem juntos na busca de soluções inovadoras e sustentáveis para os desafios do país, proporcionando serviços públicos de qualidade aos cidadãos brasileiros. Nesse contexto, a Lei das Concessões tornou-se uma peça fundamental no cenário brasileiro, impulsionando o país em direção a um futuro em que a colaboração público-privada é essencial para o progresso e o bem-estar da nação (Nakamura, 2019).

Ao ampliar o escopo do modelo de concessão tradicional, essa legislação não apenas fomentou a colaboração entre o setor público e privado, mas também incentivou a realização de projetos de infraestrutura e serviços públicos de grande envergadura. Dessa maneira, a Lei Federal nº 11.079 se tornou um pilar fundamental no estabelecimento de parcerias estratégicas, promovendo o desenvolvimento econômico e social do Brasil ao possibilitar a implementação de iniciativas



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COMO A PRESENÇA DA POLÍCIA MILITAR IMPACTA NA CONFIABILIDADE E SENSAÇÃO DE SEGURANÇA NAS ESCOLAS DO PROGRAMA "ESCOLA SEGURA"
Julia Cristina Schonarth

essenciais para o progresso do país, assegurando, ao mesmo tempo, a sustentabilidade financeira desses empreendimentos (Fernandes *et al.*, 2021).

8. PESQUISA COM PAIS DE ALUNOS DE ESCOLA PÚBLICA DA CIDADE DE CURITIBA/PR

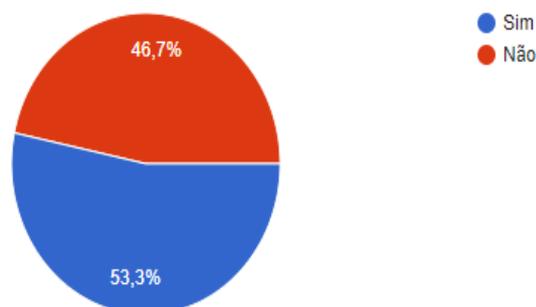
Você acredita que a presença da Polícia Militar nas escolas tem efeito eficaz para aumentar a segurança?

137 respostas



Você considera a escola do seu filho um ambiente seguro para ele(a)?

137 respostas



Você acha que seu filho se sente mais seguro com a presença da Polícia Militar nas escolas?

137 respostas



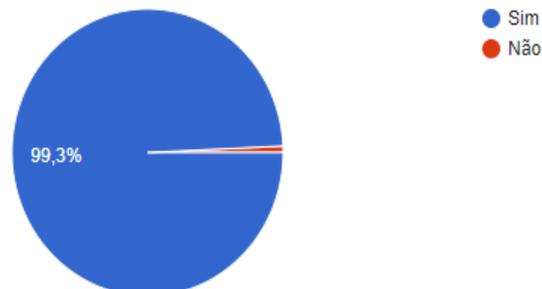


RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COMO A PRESENÇA DA POLÍCIA MILITAR IMPACTA NA CONFIABILIDADE E SENSAÇÃO DE SEGURANÇA
NAS ESCOLAS DO PROGRAMA "ESCOLA SEGURA"
Julia Cristina Schonarth

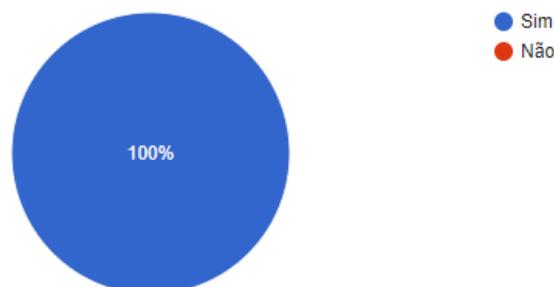
Você gostaria que a escola de seu filho tivesse algum "Plano de Emergência" para possíveis incidentes, sejam eles de quaisquer tipos?

137 respostas



Você acha que deveriam ser realizados treinamentos com os alunos para como agir em situações de emergências?

137 respostas



Para melhor entendermos a dinâmica “polícia militar-escola-segurança”, foi criado um questionário *on-line* através no *Google Forms*, para ser respondido por pais de alunos de uma escola pública de Curitiba-PR.

O questionário consistia em seis questões que tratavam sobre segurança na escola, segurança dos alunos e policiamento nas escolas.

Segue abaixo o formulário na íntegra com suas respectivas respostas:

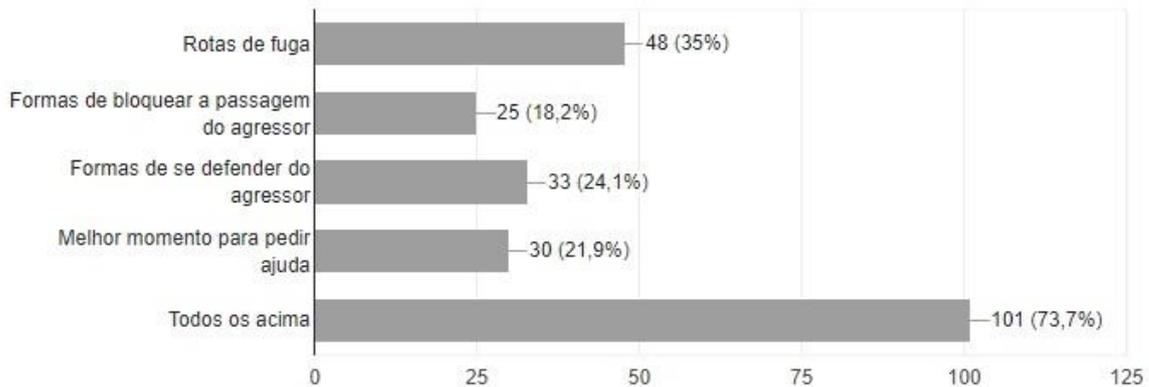


RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COMO A PRESENÇA DA POLÍCIA MILITAR IMPACTA NA CONFIABILIDADE E SENSAÇÃO DE SEGURANÇA NAS ESCOLAS DO PROGRAMA "ESCOLA SEGURA"
Julia Cristina Schonarth

Quais tipos de ações devem ser abordadas nos treinamentos?

137 respostas



Por meio das respostas do questionário dos pais/responsáveis dos alunos da escola em questão, pudemos perceber e entender o que eles sentem sobre o policiamento presença nas escolas e como ele impacta no dia a dia destes alunos.

Conforme descrito na pergunta: "Você considera a escola do seu filho um ambiente seguro para ele(a)?", 53,3% responderam que sim e 46,7% responderam que não. Em outra pergunta: "Você acredita que a presença da Polícia Militar nas escolas tem efeito eficaz para aumentar a segurança?" 95,6% dos pais/responsáveis acham que seus filhos se sentem mais seguros com a presença da polícia nas escolas. Isso reflete o que o programa "Escola Segura" vem executando por meio dos militares estaduais da reserva remunerada, os chamados CMVEI.

Foi perguntando também a estes pais/responsáveis se eles julgam interessante existir um treinamento para os alunos e professores para o caso de alguma situação de emergência ocorra e 100% responderam que sim. Isso demonstra que os pais veem com interesse as medidas de segurança que os policiais militares podem e desenvolvem dentro da instituição escolar.

9. ESTRATÉGIAS ESCOLARES DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA ESCOLAR

No âmbito das estratégias escolares para lidar com a questão da violência, podemos identificar diferentes abordagens. As estratégias primárias, consideradas parte do dia a dia da equipe pedagógica e dos estudantes, são construídas dentro das salas de aula em colaboração com os professores, por meio de atividades que visam fortalecer o senso de comunidade e pertencimento. Projetos que abordam a temática da violência são um exemplo dessas iniciativas, que buscam promover um ambiente escolar mais seguro e acolhedor.

Já as ações secundárias, como palestras sobre drogas, *bullying*, direitos e deveres, são geralmente conduzidas por parceiros escolares, como a Polícia Militar e o Ministério Público. Essas



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COMO A PRESENÇA DA POLÍCIA MILITAR IMPACTA NA CONFIABILIDADE E SENSAÇÃO DE SEGURANÇA
NAS ESCOLAS DO PROGRAMA "ESCOLA SEGURA"
Julia Cristina Schonarth

atividades têm como objetivo fornecer informações e orientações adicionais aos estudantes, complementando o trabalho realizado em sala de aula.

Por fim, as medidas terciárias são direcionadas para apoiar aqueles que já foram vítimas ou autores de atos mais graves. Nesses casos, a Polícia Militar pode ser acionada e o encaminhamento para o Conselho Tutelar é realizado. No entanto, observa-se uma escassez de recursos pedagógicos para lidar com essas situações e para acompanhar os envolvidos após os eventos.

É importante destacar que as escolas priorizam principalmente a prevenção primária, concentrando seus esforços em atividades e projetos desenvolvidos em sala de aula para melhorar o ambiente escolar e a convivência na instituição. No entanto, para casos mais graves, percebe-se uma lacuna na capacidade das escolas de intervir e prevenir a violência escolar de maneira eficaz. Portanto, é fundamental que a educação assuma um papel de liderança na prevenção, proporcionando à equipe pedagógica o apoio institucional, a formação e as ferramentas necessárias para lidar com situações de maior gravidade de forma adequada e eficiente (Oliveira *et al.*, 2023).

10. MÉTODO

Para este artigo científico foi realizada uma pesquisa quantitativa em forma de questionário *on-line* através do *Google Forms* para 137 pais de alunos de uma escola pública da cidade de Curitiba-PR. O questionário continha sete questões, e dentre as alternativas de resposta havia "sim e não" e de múltipla escolha, onde poderia ser marcada mais de uma resposta como correta. O questionário ficou em aberto para respostas por um prazo de aproximadamente quatro semanas.

Juntamente com o questionário foi realizada uma pesquisa bibliográfica com as palavras-chave "prevenção; segurança; escolas públicas; polícia militar e polícia comunitária". O intervalo de anos para as buscas foi de 2002 a 2023.

11. CONSIDERAÇÕES

Considerando que a atividade fim da Polícia Militar é o policiamento ostensivo de presença e o combate à criminalidade, percebemos que o projeto "Escola Segura" que é desempenhado nas escolas estaduais do estado do Paraná é de relevância extrema e que deveria ser ampliado para as escolas particulares do estado, aumentando a atuação destes militares no combate à violência e criminalidade que acabam ocorrendo nos ambientes estudantis.

Uma forma de possibilitar esta ação seria no caráter de parcerias público-privadas entre a Polícia Militar e as escolas particulares, já que a implementação destas parcerias nas escolas do Estado do Paraná é uma medida crucial para garantir um ambiente escolar seguro e propício ao aprendizado.

Neste sentido, uma seria interessante a implantação de Sistemas de Vigilância Avançada, que seria uma parceria com empresas de segurança privada para viabilizar a instalação de sistemas de vigilância avançada nas escolas, incluindo câmeras de monitoramento em pontos estratégicos,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COMO A PRESENÇA DA POLÍCIA MILITAR IMPACTA NA CONFIABILIDADE E SENSAÇÃO DE SEGURANÇA NAS ESCOLAS DO PROGRAMA "ESCOLA SEGURA"
Julia Cristina Schonarth

sistemas de alarme e controle de acesso. Esses dispositivos podem ajudar a detectar e prevenir atividades suspeitas, além de auxiliar na identificação de indivíduos que representem uma ameaça à segurança da escola.

Um treinamento em segurança para professores e funcionários é outra opção já que parceiros privados especializados em segurança podem oferecer treinamentos específicos para professores e funcionários das escolas, capacitando-os a reconhecer sinais de alerta, lidar com situações de emergência e implementar protocolos de segurança eficazes. Esse treinamento pode incluir simulações de evacuação, procedimentos de bloqueio e técnicas de comunicação em casos de crise.

Existe ainda a possibilidade de empresas de segurança privada serem contratadas para realizar monitoramento e patrulhamento externo das áreas ao redor das escolas durante os horários de entrada e saída dos alunos. Essa é uma maneira de ajudar a dissuadir atividades criminosas e garantir um ambiente seguro nos arredores das instituições de ensino.

Outra sugestão seria a implantação de programas de prevenção e intervenção em situações de violência, *bullying* e outras formas de comportamento inadequado. Os parceiros privados podem colaborar com as escolas na elaboração e execução de campanhas de conscientização, palestras educativas e atividades extracurriculares voltadas para a promoção da cultura de paz e respeito mútuo.

Dentre as soluções citadas existe ainda a de melhoria da infraestrutura de segurança, incluindo a instalação de cercas, portões automáticos, iluminação adequada e sistemas de comunicação de emergência. Essas medidas físicas podem contribuir para aumentar a proteção dos alunos e funcionários contra possíveis ameaças externas.

Ao adotar essas medidas através de parcerias público-privadas, as escolas podem fortalecer significativamente a segurança contra incidentes envolvendo alunos e pessoas externas. É fundamental que o governo estadual estabeleça critérios rigorosos para a seleção e monitoramento dos parceiros privados, garantindo a qualidade e eficácia dos serviços prestados. Além disso, é importante envolver a comunidade escolar no processo, promovendo uma cultura de segurança colaborativa e engajada. Com a implementação dessas medidas, as escolas podem proporcionar um ambiente seguro e acolhedor, promovendo o bem-estar e o sucesso acadêmico de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam a questão. **Revista Sociologias**, n. 8, p. 432-443, jul./dez. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-4522002000200016>

CUNHA, Thiago Colmenero; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Da Palmatória à Polícia: genealogia das lógicas disciplinares no contexto escolar. **Psicologia, Educação, Saúde e Sociedade: Transversalizando**, 2015.

DEARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine. **Violência nas escolas e política públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

COMO A PRESENÇA DA POLÍCIA MILITAR IMPACTA NA CONFIABILIDADE E SENSAÇÃO DE SEGURANÇA NAS ESCOLAS DO PROGRAMA "ESCOLA SEGURA"
Julia Cristina Schonarth

FARRINGTON, David P. Fatores de risco para a violência juvenil. *In*: DEARBIEUX, E.; BLAYA, C. **Violência nas escolas e política públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

FERNANDEZ, Rodrigo Nobre; ROSA, Ticiane Coutinho da; CARRARO, André, SHIKIDA, Cláudio Djissey; CARVALHO, Áurea Regina Evangelista Soares Franco de. **Parcerias Público-Privadas: uma alternativa para a educação brasileira**. Planejamento e Políticas públicas. 52. ed. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/885>. Acesso em: 17 set. 2023.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SPOSITO, Marília Pontes. Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 101-138, mar. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000100004>

HENRIQUES, Márcio Simeone. **Comunicação e mobilização social na prática de polícia comunitária**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

LOPES, Cleber; ROSSATO, Rafael. Quando a Polícia Militar vai à escola: uma avaliação de impacto do programa Escola Segura. **Educação e Pesquisa**, v. 49, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349248317>

MARIN, Isabel da Silva Kahn. **Violências**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2002.

NAKAMURA, André Luiz dos Santos. As parcerias público-privadas e a infraestrutura no Brasil. **Revista De Direito Administrativo**, São Paulo, v. 278, n. 2, p. 131-147, 2019. DOI: <https://doi.org/10.12660/rda.v278.2019.80052>

OLIVEIRA, V. C.; DUTRA, N. M.; LUDGERO, L. F. Temos projetos e temos polícia: a visão dos diretores sobre as estratégias de prevenção à violência em contexto escolar. **Rev Bras Estud Pedagog.**, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.104.5342>

PARANÁ. **Decreto 841 - 15 de março de 2019**. Regulamenta a Lei nº 19.130, de 25 de setembro de 2017, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários. Diário Oficial nº. 10395. Paraná, 2019.

PARANÁ. **Lei Nº 17650 DE 07/08/2013 - Regulamenta o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD**. Norma Estadual, Assembléia Legislativa, 2013.

PARANÁ. **Processo seletivo para preenchimento de vagas para o corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários (CMEIV) - Projeto Escola Segura**. Edital nº 001/2019. Portaria do Comando Geral nº 232/2019.

PIONTKIEVICZ, Raffael Cruz. **Policiamento de proximidade: nova perspectiva para a formação policial militar a partir da política de educação em segurança pública**. DOI: 10.34117/bjdv8n4-301

PROERD. **Programa Educacional de Resitência às Drogas e à Violência**. Paraná, Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.proerdbrasil.com.br/oproerd/oprograma.htm>. Acesso em: 15 set. 2023.

SCHEREMETA, Marcos Teodoro. **A polícia comunitária na Polícia Militar do Paraná**. 3ª Seção do EM/PMPR. Paraná, 2005. Disponível em: https://www.conseg.pr.gov.br/sites/conseg/arquivos_restritos/files/documento/2020-11/policia_comunitaria.pdf. Acesso em: 16 set. 2023.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Escola Segura**. Paraná: Governo do Estado do Paraná, 2023. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Escola-Segura>. Acesso em: 07 out. 2023.